

PATRIMÓNIO CULTURAL, MUSEUS E DESENVOLVIMENTO

conceitos teóricos, políticas públicas
e “sociedade civil”¹

João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes

Introdução²

Visa-se neste texto analisar a função desempenhada pelo património cultural e pela Museologia — tecnologias derivadas das Ciências Sociais — nas sociedades contemporâneas (desde o fim do “Antigo Regime” até aos nossos dias). Consideram-se, ainda, as características e as implicações das principais concepções de património cultural e de Museologia vigentes — hegemónicas, dominantes, emergentes, periféricas etc. — ao longo dos últimos três séculos. Assume-se, finalmente, a defesa do “novo património

1 Optou-se por preservar as normas técnicas para notas, referências e citações do país de origem do texto.

2 Cfr., entre outros, A. Birou, 1988; G. Bourdè, 1990; F. Catroga, 2001; P.J. Geary, 2008; M. L. L. Santos, 1988; A. Sen, 2007; P. Vego, 1989.

cultural” e da “Nova Museologia” como soluções mais eficazes e coerentes quando se pretende fomentar o desenvolvimento sustentável e o aprofundamento da democracia.

No que concerne especificamente ao “novo património cultural” e à “Nova Museologia”, trata-se de soluções tecnológicas decorrentes de um determinado conjunto de opções ideológicas e deontológicas, de pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos. Contrapõem-se, quer ao “património cultural tradicional” e à “Museologia tradicional”, quer ao “património cultural pós-moderno” e à “Museologia pós-moderna”. Em termos de integração nos grandes quadros de interpretação e valoração, o “património cultural tradicional” e a “Museologia tradicional” corresponderiam ao “paradigma moderno”, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” ao “paradigma neo-moderno”, o “património cultural pós-moderno” e a “Museologia pós-moderna” ao “paradigma pós-moderno”.

Propõe-se que a estruturação e a análise de actuações no âmbito do património cultural e da Museologia sejam influenciadas pelo reconhecimento da importância estratégica do debate em torno de questões abstractas no reforço da operatividade daquelas modalidades de intervenção sobre a realidade ou de compreensão e avaliação das soluções adoptadas. Longe de serem antagónicas ou, pelo menos, alternativas, a teoria e a prática reforçam-se mutuamente. Sem a reflexão conceptual, o “saber fazer” corre o risco de se transformar num trefismo sem horizontes e, muitas vezes, num mero instrumento — pouco ou muito autoconsciente — de naturalização de projectos de sociedade e de cultura, de património cultural e de Museologia que optam por camuflar alguns dos seus objectivos ou, mesmo, a sua própria existência e a sua própria parcialidade.

Complementarmente, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” remetem para a centralidade das preocupações com a tendencial universalidade, com a rentabilização social e com a solidez financeira das iniciativas em apreço. Porque se advoga a importância dos mesmos e a legitimidade dos bons investimentos neles realizados, exige-se um acrescido rigor na identificação, selecção e planeamento dos projectos a concretizar; na respectiva implantação, gestão e programação; no grau de correlaciona-

mento implementado com organizações internacionais, aparelhos de Estado e “sociedades civis”.

Pugna-se, finalmente, por um lado, pela transversalidade da regulação pública e do empenhamento das “sociedades civis” no que concerne ao património cultural e à Museologia; por outro, pela autonomização e responsabilização das entidades gestoras e dos profissionais especializados. Ou seja, concorda-se com as leituras que defendem que as tecnologias citadas são, em primeiro lugar, demasiado estruturantes para dizerem respeito, apenas, a uma parcela minoritária das organizações internacionais, dos governos, dos aparelhos de Estado e das “sociedades civis”; em segundo lugar, demasiado eficazes para não serem, tanto quanto possível, defendidas de apetites de subordinação — controlo e instrumentalização — a interesses sobretudo ideológicos e/ou económicos.

Património cultural e Museologia³

Incorrendo, embora, no perigo de simplificar excessivamente a realidade a partir da qual se delimitou um determinado objecto de estudo, adopta-se o figurino de periodização segundo o qual as sociedades humanas só geraram concepções e práticas compagináveis com os conceitos de património cultural e de Museologia a partir do início da Época Contemporânea (por exemplo, último quartel do século XVIII nos actuais EUA e em França, finais do século XVI na Holanda, segunda metade do século XVII em Inglaterra). Até então, numa evolução não linear nem idêntica à escala mundial, a humanidade teria gerado somente mundividências e práticas designáveis como período dos “tesouros” e período dos “gabinetes de curiosidades” ou das “colecções”.

Querendo ser rigoroso, dir-se-ia que durante grande parte da história das sociedades humanas — provavelmente até ao surgimento das primeiras civilizações urbanas (V milénio a.C.) —, as nossas comunidades não de-

3 Cfr, nomeadamente, E.P. Alexander, 1993; L. Alonso Fernandez, 1995; J.C.P. Brigola, 2003; J.A.B. Ferreira, 1998; A. Gob, 2003; J. Kavanagh, 1996; M. Laclotte, 2004; J. Miranda, 1996; I.M.M. Moreira, 1989; M.J.B. Neto, 2001; J.P.A. Nunes, 1993; J.P.A. Nunes, 2013a; M.B. Rocha-Trindade, 1993; *Roteiro dos Museus* [...], 1973; M. Tomé, 2002.

envolveram a capacidade de se relacionar com elementos materiais e/ou imateriais oriundos de outras culturas. Procurou-se destruir ou abandonar esses vestígios e essas memórias porque os mesmos eram encarados como estranhos e perigosos para a coesão de um determinado grupo humano; para a legitimação de cada situação de domínio sobre territórios, recursos e pessoas; para a reprodução de equilíbrios supostamente dependentes da protecção de forças sobrenaturais ou de divindades que exigiam obediência e exclusividade.

Estar-se-ia perante “culturas populares” globalizantes e proto-totalitárias, efectivamente sincréticas, mas que se autorrepresentavam e que eram sentidas como experiências fechadas e diferentes/inimigas de outras. Tratar-se-ia de mundividências nas quais era muito reduzido o grau de autonomia da regionalidade cultural no conjunto das vivências sociais globais, o que impedia o surgimento de concepções semelhantes às que, mais tarde, acabaram por resultar na consolidação dos conceitos de património cultural e de Museologia. Fenómenos dessa natureza mantiveram-se, em maior ou menor escala, até aos nossos dias (em “culturas populares”, “culturas de massas” e, mesmo, “culturas eruditas”).

Desde as primeiras civilizações urbanas até ao Renascimento (séculos XIV a XVI d.C.), pelo menos ao nível da “cultura erudita” e da “cultura de massas”, assistiu-se a um primeiro processo de reconhecimento da possibilidade e das virtualidades de preservação e de fruição de edifícios, estruturas, objectos e memórias associados a culturas diferentes (distanciadas no tempo e/ou no espaço). Habitualmente designado como período dos “tesouros”, consistiu, tanto na identificação, como algo raro e valioso, como na salvaguarda e incorporação de vestígios de culturas exóticas na simbologia das elites — político-militares, religiosas, administrativas, económicas — dominantes.

Obedecendo a uma lógica mais ou menos permanente desde então, os edifícios, estruturas, objectos e memórias em causa eram guardados (“entresourados”) por diversos segmentos das elites e mostrados ou utilizados apenas em momentos particularmente relevantes no plano simbólico. A posse de bens culturais estranhos reforçava o prestígio de quem os detinha

— mediadores com universos originários ou diferentes, conquistadores de sociedades outras —, sendo esse efeito potenciado pela estratégia combinada de ocultação e de exposição pública em rituais de renovação cíclica de legitimidade ou de refundação periódica da ordem e das hierarquias.

Entre o Renascimento e a configuração das primeiras sociedades contemporâneas (dos primeiros sistemas políticos parlamentaristas), os operadores da cultura erudita sentiram a necessidade de divulgar junto das elites um conhecimento mais completo e sistemático acerca de culturas antigas e antecessoras, rivais ou exóticas (dominadas ou domináveis). Famílias reais, universidades, instituições eclesiásticas, poderes municipais, famílias nobres ou burguesas criaram, pois, “gabinetes de curiosidades” ou “coleções”, isto é, conjuntos de objectos valiosos — porque raros e representativos — que ilustravam e credibilizavam discursos de reconstituição, interpretação e valoração acerca das realidades de origem.

Para além do prestígio decorrente da posse e do empenhamento na salvaguarda de bens culturais ameaçados de destruição e/ou de esquecimento, a crescente complexificação e profissionalização da cultura erudita gerou, assim, a vontade de utilizar edifícios, estruturas, objectos e memórias como plataformas permanentes e semipúblicas de educação formal e de instrução informal de cada um dos segmentos das elites. Muitos destes espólios foram, mais tarde, classificados como património cultural (material ou imaterial; imóvel, integrado ou móvel) e incorporados nos museus recém-instituídos.

Historiadores da Época Contemporânea e estudiosos do património cultural/da Museologia convergem na afirmação de que apenas a emergência da categoria ideológico-política de Estado-nação tornou necessário e generalizou o fenómeno da criação de monumentos e de museus. Depois dos países pioneiros — dois dos quais (a Inglaterra e a França) eram, também, as potências dominantes do sistema de relações internacionais —, as referidas modalidades de intervenção propagaram-se a todos os outros Estados ocidentais ou ocidentalizados. Abarcou países com regimes liberais conservadores e com monarquias autocráticas, com regimes demoliberais e com ditaduras (autoritárias ou totalitárias).

A caracterização de um Estado-nação, bem como o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência passaram a decorrer de pres-

supostos nos quais desempenham um papel nuclear elementos como a existência de uma narrativa histórica, de uma memória e de uma identidade cultural comuns; a presença de um elevado nível de sofisticação civilizacional, correspondente ao acesso das elites e das classes médias à “cultura erudita” (mais ou menos internacionalizada ou influenciada pelas “culturas populares” “nacionais”). No plano individual, o acesso à cidadania activa dependia da demonstração, tanto de capacidade económica como de fluência cultural erudita.

Face ao elevado grau de desintegração cultural herdado do Antigo Regime — com base em diferenças de âmbito local e regional; de género, etárias, socioeconómicas, socioculturais, étnico-religiosas etc. —, em quase todos os países foi necessário consolidar (ou, mesmo, inventar) e propagar ou impor uma história, uma memória e uma identidade cultural nacionais. Nesse esforço desempenharam um papel fundamental a historiografia e o ensino, a divulgação da história, as políticas públicas e as iniciativas privadas relativas, quer ao património cultural — monumentos, museus, comemorações histórico-patrióticas —, quer ao espaço público (urbanismo e arquitectura, estatuária e toponímia).

Pelo menos até ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial, as concepções hegemónicas de património cultural e de Museologia contribuíram para a afirmação da escala nacional e para o sonegar dos âmbitos que lhe ficavam a montante; para certificar leituras nacionalistas e darwinistas sociais da história; para diferenciar e hierarquizar Estados-nação; para confirmar a legitimidade da independência e/ou os “direitos e obrigações” como potência dominante e/ou como país colonizador. Valorizou-se a produção cultural erudita e a intervenção dos “grandes homens” nas regionalidades político-militar, diplomática e religiosa; as “raízes pré-medievais” (arqueológicas), a “genialidade artística” (do início da Idade Média ao fim da Idade Moderna), a capacidade de conhecer e utilizar a natureza (história natural) e de “civilizar” as “sociedades primitivas” (etnologia e etnografia).

Depois dos níveis de violência genocidária concretizados ou proclamados durante o conflito de 1939 a 1945, nomeadamente nos países que evoluíram para regimes democráticos ou demoliberais avançados, passaram a assumir um peso relevante — dominante? — noções de património cultural e

de Museologia até então emergentes ou periféricas. Apoiando-se nas transformações entretanto ocorridas, tanto nas Ciências Sociais como no Urbanismo, na Arquitectura e no Design, denunciou-se o carácter alienante do ultra-nacionalismo e do racismo; propôs-se o reconhecimento de histórias, memórias, identidades e patrimónios a montante e a jusante da escala nacional; defendeu-se a ampliação radical das fronteiras do conceito de património cultural e a alteração das práticas dos museus; exigiu-se o respeito pela autonomia e pela auto-regulação deontológica das entidades e dos técnicos especializados em património cultural e em Museologia.

Paradigmas epistemológicos e políticas culturais⁴

Se reconhecermos que a reflexão em torno do património cultural e da Museologia se integra, por um lado, nos debates epistemológico-ideológicos definidores da contemporaneidade; por outro, na análise das estratégias culturais dos vários regimes políticos, interessaria explicitar, também, alguns posicionamentos relativamente a ambos os vectores macro de enquadramento. Chama-se, igualmente, a atenção para a peculiar relação que as ciências e as tecnologias sociais estabeleceram com os paradigmas epistemológicos vigentes, uma vez que, na sua própria evolução, terão antecipado e alterado a ordem de surgimento das grandes narrativas moderna, pós-moderna e neomoderna.

Desencadeado em plena Época Moderna — durante o Renascimento e, depois, no âmbito da reacção à Contra-Reforma —, o processo de conformação e afirmação/domínio do “paradigma moderno” abarcou, ainda, os séculos XVIII e XIX, bem como as cinco primeiras décadas do século XX. Sintetizando, dir-se-ia que consistiu (consiste) na afirmação da viabilidade e da absoluta superioridade do conhecimento científico e tecnológico — “definitivo, objectivo e neutro” — perante outros saberes; das virtualidades da aplicação do conhecimento em causa à gestão dos recursos naturais e à

4 Cfr., entre outros, F. Benítez de Lugo y Guillén, 1988; J. M. F. Branco, 1996; F. Choay, 1992; D. Crimps, 2000; M. Guillaume, 2003; *Inquérito aos museus* [...], 2000; F. Jameson, 1991; J. M. A. Mendes, 2009; D. Miller, 1987; J. P. A. Nunes, 2000; L. Raposo, 1995; L. Raposo, 2003; *Roteiro de Museus* [...], 2004; B. S. Santos, 1989; M. L. C. L. Santos, 1998a; C. Torres, 1989; G. Vattimo, 1987; *Vértice* [...], 1993; K. Walsh, 1992.

governança das sociedades humanas (cientismo); da possibilidade de, no médio prazo, se superarem grande parte dos problemas que afectaram as sociedades humanas e de se atingir o estágio de plenitude da evolução da humanidade (o “fim da história”).

Qualquer que tenha sido a sua configuração concreta, a generalidade dos sistemas interpretativos globais que deram existência ao “paradigma moderno” (cartesianismo, hegelianismo, liberalismo, positivismo, marxismo, fascismo etc.) acabaram, dessa forma, por tentar escamotear a respectiva natureza socialmente condicionada e por se apresentar como o único instrumento válido de reconstituição/interpretação e de intervenção na realidade. As leituras aventadas assumiam, pois, tendencialmente, o estatuto de conhecimento verdadeiro, universal e benigno, remetendo as alternativas — numa lógica de autossacralização e de heterodiabolização — para a condição de discursos erróneos, parciais e malignos.

Na qualidade de emanções do “paradigma moderno”, o “património cultural tradicional” e a “Museologia tradicional” — assim designados somente a partir da segunda metade da década de 1940 — começaram por estar na origem das próprias noções e das práticas fundadoras em torno do património cultural e da Museologia. Configuraram-se, depois, como veículo de reconhecimento de supostas evidências, empírica e teoricamente indiscutíveis. Destacam-se a especificidade, ancestralidade e continuidade de cada identidade nacional (a comprovar por intermédio dos monumentos e dos objectos salvaguardados em arquivos e museus); a particular e óbvia relevância das manifestações mais geniais da produção cultural erudita (a classificar como património cultural); a posição relativa dos vários Estados-nação na hierarquia dos países participantes da “civilização ocidental” (mensurável, também, a partir da quantidade e da qualidade do património cultural acumulado e apresentado); a natural superioridade dos indivíduos e dos grupos sociais responsáveis pela produção cultural erudita e capacitados para a fruição do património cultural (as elites do passado e do presente).

Como não poderia deixar de acontecer, os museus tradicionais tornam viáveis e procuram afirmar como consensuais estes pressupostos. São um dos principais dispositivos de “comprovação documental” e de naturalização da

mundividência moderna no que concerne às histórias, às memórias e às identidades nacionais. Fazem-no considerando apenas ou atribuindo preferência a quatro subuniversos do património cultural móvel: os vestígios arqueológicos, a produção pictórica e escultórica consagrada, as descobertas da ciência e da técnica, os testemunhos de “culturas primitivas” (certificadores dos “antepassados ilustres” e de um “elevado nível civilizacional”).

Optam, também, por edifícios que são, simultaneamente, monumentos (património cultural imóvel); por discursos expositivos de cariz exaustivo — nas reservas ficam apenas peças desfiguradas e/ou de autoria não confirmada — e que se baseiam na linguagem dos objectos expostos e das legendas dos mesmos; por exposições permanentes e pela quase ausência de ligação à investigação científica (excepção feita à descoberta de mais património e à verificação da autenticidade do mesmo); pela inexistência de divulgação externa dos museus e de acolhimento diferenciado de públicos, uma vez que se pressupunha a coincidência de referentes culturais e de perspectivas ideológicas entre os museus e os visitantes (adultos membros das classes altas e das classes médias); pelo escasso desenvolvimento da Museologia e da Museografia dados os pressupostos adoptados, isto é, face à suposta inevitabilidade, consensualidade e “sobriedade magestática” das soluções adoptadas.

Tal como na historiografia e noutras Ciências Sociais, também nos âmbitos (tecnológicos) do património cultural e da Museologia, a crítica aos pressupostos e às consequências práticas do “paradigma moderno” foram desencadeadas nos anos 1930, começando a alcançar maturidade e predomínio sectorial a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Uma tal evolução verificou-se, pois, antes do emergir do “paradigma pós-moderno” (década de 1960), estando na origem da estruturação do “paradigma neo-moderno”, o qual, em termos globais, decorreu tanto ou mais do empenhamento na superação dos limites da modernidade (décadas de 1930 e seguintes) que dos impasses da pós-modernidade (décadas de 1960 e seguintes).

Focaliza-se a atenção no caracterizar do conhecimento científico e do saber tecnológico — em si mesmos e por comparação com outros saberes —, afirmando-se a sua natureza potencialmente objectivante, mas parcelar,

temporária, socialmente condicionada. Reconhecem-se as virtualidades, mas também, as limitações da aplicação do conhecimento em causa à gestão dos recursos naturais e, sobretudo, à governação das sociedades humanas. Duvida-se que, no médio ou no longo prazos, seja possível superar grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas e que a humanidade evolua teleologicamente no sentido de um qualquer “fim da história”. Aposta-se, assim, na conjugação entre a ciência/tecnologia e outras modalidades de reconstituição, interpretação e intervenção na realidade; numa lógica de questionamento, quer de certezas e de dúvidas absolutas, quer de mecanismos de autossacralização e de heterodiabolização.

O “novo património cultural” e a “Nova Museologia” são, dessa forma, concretizações do “paradigma neomoderno”. Apostam na explicitação e fundamentação de leituras múltiplas acerca de determinadas vertentes da realidade, com realce para a complexidade, o sincretismo e o carácter evolutivo dos fenómenos das identidades (organizacionais; locais, regionais, nacionais, continentais e mundial; sexuais e etárias, socioeconómicas e socioculturais, político-ideológicas e étnico-religiosas); o processo de classificação de vestígios — edifícios, estruturas, objectos, memórias — como património cultural (material e imaterial; imóvel, integrado, móvel) enquanto conjunto de escolhas a partir de diversas alternativas possíveis; a natureza alienante e não operatória das tentativas de hierarquizar a capacidade de indivíduos, comunidades étnicas, povos, nações e/ou Estados tendo em conta os respectivos graus de acesso à e de produção de cultura erudita.

Surgida na segunda metade dos anos 1960, a crítica radical ao “paradigma moderno” — a consolidação do “paradigma pós-moderno” — resulta na desconstrução das noções de objectividade, neutralidade social, permanência e superioridade do conhecimento científico e tecnológico. Salientam-se, igualmente, as sequelas dramáticas decorrentes da legitimação cientista de escolhas tecnológicas ou de opções ideológicas; os fracassos das promessas de superação de grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas e de efectivação do estágio de plenitude da evolução da humanidade (o “fim da história”). Apenas análises e propostas de intervenção empiristas, de escala micro e baseadas em modelos matemáticos poderiam reivindicar

algum nível de cientificidade, ficando todos os outros registos com o estatuto equiparado de narrativas ficcionais acerca da ou a pretexto da realidade.

Porque são decorrências do “paradigma pós-moderno”, o “património cultural pós-moderno” e a “Museologia pós-moderna” denunciam a natureza manipuladora e alienante de todas as políticas de património cultural; contestam a operatividade dos conceitos de identidade cultural nacional, cultura erudita, superioridade ou inferioridade cultural; pugnam por uma gestão “radicalmente multiculturalista” da intrínseca multiculturalidade das sociedades humanas. Em termos museológicos, defende-se a existência de “museus educativos” e de “museus galeria”. Os primeiros dedicam-se à explicitação, comunicacionalmente eficaz — recorrendo a todas as novas técnicas museográficas —, das certezas emanadas da produção científica (porque empirista e matematizada); os segundos, à divulgação de produção estética que seja capaz de atrair público. Em ambos os casos, estratégias de publicitação operatórias potenciam as virtualidades, tanto de edifícios-sede de grande espectacularidade, como de valências complementares associadas às indústrias culturais (cafetarias e lojas, jardins ou parques, acolhimento diferenciado de públicos e interfaces com outras actividades lúdicas etc.).

Quanto, por um lado, às concepções de património cultural e de Museologia aceites em cada regime político vigente na Época Contemporânea; por outro, aos resultados sociais globais da aplicação dos pressupostos do “património cultural tradicional” e da “Museologia tradicional”, do “novo património cultural” e da “Nova Museologia”, do “património cultural pós-moderno” e da “Museologia pós-moderna”, bastará, no âmbito do presente trabalho, propor um exercício de verificação de relações de compatibilidade ou de incompatibilidade. Recorre-se, para o efeito, a uma tipologia de regimes políticos que parte do princípio de que, na Época Moderna, foram hegemónicos as monarquias absolutas de direito divino e carácter corporativo e os despotismos esclarecidos.

Coerentemente com os seus próprios fundamentos ideológicos, os sistemas políticos de Antigo Regime limitaram-se a patrocinar ou a aceitar, com destaque para os despotismos esclarecidos, a criação de “gabinetes de curiosidades” ou de “colecções”. O “património cultural tradicional” e a “Museolo-

gia tradicional”, o “património cultural pós-moderno” e a “Museologia pós-moderna” revelaram-se compatíveis com regimes liberais conservadores e com monarquias autocráticas, com regimes demoliberais e democracias, com ditaduras autoritárias ou totalitárias. Por sua vez, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” apenas têm sido adoptados – ou tolerados – por regimes democráticos ou demoliberais avançados.

Longe de salientar pormenores essencialmente “técnicos” (relevantes somente para “especialistas”), a proposta de caracterização aventada chama a atenção para diferenças estruturantes, quer em termos de políticas culturais de Estados e de “sociedades civis”, quer de concepções de património cultural e de Museologia. Parece claro que o “património cultural tradicional” e a “Museologia tradicional”, o “património cultural pós-moderno” e a “Museologia pós-moderna” são compagináveis com elevados níveis de instrumentalização político-ideológica. Parece igualmente óbvio que o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” têm exigências deontológicas e teórico-metodológicas só aceitáveis por sistemas políticos abertos e também promotores da autonomia responsabilizante de cada sector da vida colectiva.

O “novo património cultural” e a “Nova Museologia”⁵

À luz da proposta interpretativa aqui defendida, os condicionalismos mais importantes para explicar porque é que, depois da Segunda Guerra Mundial, em sucessivos países com regimes democráticos ou demoliberais, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” foram rivalizando com o “património cultural tradicional” e com a “Museologia tradicional”, têm a ver com questões globais de ordem social, ideológica e política. Tratou-se de desconstruir soluções que contribuíram para a afirmação de fenómenos como os darwinismos sociais radicais, os centralismos político-administra-

5 Cfr., nomeadamente, J. Alfrey, 1992; J.-Y. Andrieux, 1992; *Arqueologia e Indústria* [...], 1998; *Arqueologia e Museologia mineiras* [...], 2000; R. Bucaille, 1989; *Congresso Internacional* [...], 2002; J. M. L. Cordeiro, 1994; J. Custódio, 1991; J. Custódio, 1993; J. Custódio, 2005; *1º Encontro Internacional* [...], 2000; *I Encontro Nacional* [...], 1989/1990; A. García Blanco, 1988; F. Hernández Hernández, 1998; M. J. T. Lewis, 1979; J. M. A. Mendes, 1992; J. M. A. Mendes, 1995; J.P.A. Nunes, 1996; J. P. A. Nunes, 1999; J. P. A. Nunes, 2003/2004; F.S. Pessoa, 2001; J. Pinard, 1985; *Reconversão e musealização* [...], 2003; P. Vego, 1989.

tivos e os colonialismos, os regimes ditatoriais (autoritários e totalitários) e os nacionalismos expansionistas.

Simultaneamente com a afirmação de novas concepções de historiografia (História, Arqueologia e História da Arte), de outras Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Geografia, Linguística etc.), de Urbanismo, Arquitectura e Design, verificou-se o surgimento de novas interpretações e práticas no que concerne ao património cultural e à Museologia. Quanto ao património cultural, a assistiu-se à pulverização dos limites até então aceites — de um universo composto pelos resultados mais “nobilítantes” da produção intelectual e artística erudita à totalidade dos vestígios decorrentes do funcionamento de sociedades humanas — e ao conseqüente reconhecimento da necessidade de investigar e contextualizar, escolher e justificar, por um lado, o que é designado como património; por outro, o grau de protecção adoptado.

Ou seja, o facto de se ter passado a assumir que é positivo que Estados e “sociedades civis” reconheçam a existência, promovam a reflexão sobre e a fruição de patrimónios culturais (também de histórias, memórias e identidades) de maior ou menor âmbito relativamente ao do Estado-nação — organizacionais; locais, regionais, continentais e mundial; sexuais e etários, socioeconómicos e socioculturais, político-ideológicos e étnico-religiosos —, implicou a multiplicação das propostas de identificação, leitura e fruição. Acarretou, também, a constatação de que o mecanismo ou processo de referenciação ou de classificação de um determinado vestígio (material ou imaterial; imóvel, integrado ou móvel) como património cultural depende de opções — inclusões, exclusões e prioridades — que devem ser fundamentadas.

Pressupõe, finalmente, por contraditório que tal possa parecer, reforçadas exigências no plano da eficácia funcional e da rentabilidade social dos investimentos realizados em património cultural. Essa evolução tornou fundamental, nomeadamente, a realização (prévia e sucessiva) de investigação científica sobre a realidade social envolvente e acerca dos edifícios, estruturas, objectos, comportamentos e lembranças considerados; a selecção dos vestígios a ignorar ou a destruir, a preservar através da reutilização ou a monumentalizar e a musealizar; a cativação de parte dos recursos investidos

em património cultural para actividades de concepção e programação, divulgação de iniciativas e acolhimento de públicos, intercâmbio e avaliação.

Acerca dos museus propriamente ditos, a emergência dessas propostas alternativas começou por obrigar ao reconhecimento da necessidade de promover, tanto a consolidação da Museologia, enquanto tecnologia derivada de Ciências Sociais, como o desenvolvimento de múltiplas valências e técnicas museográficas. Verificando-se a existência de diversas concepções de sociedade, de património cultural e de Museologia, de várias soluções relativamente ao funcionamento de museus, urgiria debater e analisar os valores cívico-ideológicos e os vectores deontológicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos, estéticos e comunicacionais envolvidos.

Em acréscimo às temáticas até então abordadas — arte erudita, objectos arqueológicos e etnográficos/etnológicos, colecções ligadas à “história natural” e à evolução das tecnologias —, múltiplas outras problemáticas passaram a ser consideradas (História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Linguística, património industrial, cultura organizacional, manifestações de culturas populares e de cultura de massas etc.). Exigiram-se e viabilizaram-se, assim, novos tipos de museus e reinterpretações das antigas tipologias, nomeadamente, museus nacionais, museus regionais, museus locais, museus de organização e casas-museu; centros de interpretação, núcleos museológicos e museus temáticos; museus de sítio, museus policentrados, museus de comunidade, museus de cidade, ecomuseus, parques museológicos.

Fruto do empenhamento em acolher novos temas e perspectivas divergentes, a investigação científica tornou-se nuclear para a actividade dos museus. Para além da verificação da origem de cada peça, a referida cooperação permite a adopção do modelo das exposições temporárias em alternativa ou complementarmente ao figurino da exposição permanente; possibilita a recolha de novos segmentos de colecção acompanhados de informação complexa sobre os respectivos contextos; permite o estabelecimento de conexões entre capacidade de análise da temática de cada actividade museológica, as linguagens expositivas adoptadas e as estratégias de ligação à comunidade envolvente/aos públicos; possibilita o estabelecimento de padrões deontológicos exigentes e de critérios para a escolha das modalidades

de gestão mais operatórias (relacionamento com a tutela, autonomia e avaliação, potenciação de competências instaladas e cooperação externa etc.).

Defende-se, assim, que cada actividade dos museus deve ser deliberadamente voltada para promover o contacto com a complexidade do real e das leituras acerca do mesmo, utilizando-se para o efeito discursos expositivos intencionais e multilinguísticos nos quais se podem associar, na ponderação e na quantidade mais adequadas a cada situação, património cultural móvel, maquetas ou réplicas, textos, cenografia, luminotecnia, sonoplastia, dispositivos multimédia etc. Explicita-se, ainda, preferência por edifícios “neutros”, isto é, pensados de raiz, em termos estéticos e funcionais, para destacar e valorizar as narrativas que se pretendem apresentar nas exposições, para garantir a conservação preventiva e a protecção dos artefactos acumulados nas reservas. Mesmo quando os museus funcionam ou se instalam em edifícios pré-existentes, considera-se que os respectivos elementos simbólicos terão de ser contidos ou reconfigurados para não inviabilizarem os objectivos da Nova Museologia e para não perturbarem a eficácia comunicacional das exposições.

Uma vez que se parte de pressupostos como o necessariamente elevado grau de sofisticação da actividade museológica (baseada em subuniversos vários da “cultura erudita”), a presença significativa nas sociedades de mundividências fundadas nas “culturas populares” e na “cultura de massas”, a responsabilidade e a necessidade de as entidades que gerem património cultural ampliarem e contribuírem para a transformação dos respectivos públicos, pugna-se pela presença em cada museu ou rede de museus de diversas valências. Evocam-se, antes de mais, a direcção, o gabinete de investigação e o conselho consultivo, as reservas e o laboratório de conservação e restauro, o *atelier* de museografia e o serviço de relações públicas, a recepção e as salas de exposições, o centro de documentação e o auditório, a segurança e os sistemas de conservação preventiva, a cafetaria e a loja, o jardim ou o parque e a Liga de Amigos.

Finalmente, mas não em último lugar, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia”, para além de reinventarem as noções de público (que passa a públicos) e de “sociedade civil” (que de nacional e una passa a múltiplos).

tipla), criaram a ideia de comunidade envolvente e instituíram as correspondentes práticas. Ao invés de se pretender transformar os museus em “lugares de memória” controlados pelos âmbitos sociais que aqueles devem caracterizar e analisar, tenta-se motivar os cidadãos envolvidos a sentirem-se representados e a colaborar com os museus na qualidade de utentes prioritários, de detentores de património cultural, de portadores de memórias relevantes, de potenciais auxiliares em tarefas de acolhimento de públicos, de cointervenientes em modalidades de avaliação do trabalho realizado, de coparticipantes em modalidades de auscultação consultiva ou de intermediação perante as tutelas.

“Nova Museologia”, desenvolvimento sustentável e aprofundamento da democracia⁶

Ao caracterizar-se a Museologia como tecnologia derivada das Ciências Sociais — instrumento de transformação da realidade baseado no conhecimento científico acerca da mesma e em opções cívico-ideológicas —, abre-se a possibilidade de correlacionar explicitamente determinadas perspectivas de sociedade com certas formas de encarar o património cultural e a Museologia. É, pois, na qualidade de defensor assumido das virtualidades do desenvolvimento integrado e da democracia que se procura concluir a presente reflexão sobre as actuais ligações entre instituições públicas, “sociedades civis”, políticas de património cultural e museus.

Começa-se por lembrar que a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável constitui um horizonte de significativa complexidade e exigência, mas ao mesmo tempo, de grande empenhamento, por um lado, na redução de desigualdades socioeconómicas, socioculturais e regionais; por outro, na manutenção de equilíbrios e na não anulação de potencialidades necessários à consolidação ou à reprodução futuras de elevados níveis de

6 Cfr., entre outros, J. Alfrey, 1992; A.R. Amaro, 1993; A. Beltran, 1991; C. O. Cluzeau, 1998; C. Fortuna, 2002; *Geo* [...], 1998; X. Greffe, 1990; M. Hamon, 1987; V. O. Jorge, 2005; P. J. Larkham, 1996; J. M. A. Mendes, 1999; J. M. A. Mendes, 2002; M. Merger, 1998; J. P. A. Nunes, 2013b; R. Prentice, 1995; *Preservação, conservação* [...], 2006; *Públicos da cultura* [...], 2004; A. Rego, 1999; M. L. L. Santos, 1990; M. L. C. L. Santos, 1998b; J. Strike, 1994.

vida. Dadas as suas próprias características e objectivos, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” visam contribuir, precisamente, para a identificação, o estudo, a preservação e a rentabilização de activos potencialmente geradores de desenvolvimento, de diminuição de assimetrias e de violência (simbólica e outra).

Relativamente ao figurino de organização política — de estruturação social global? — designado por democracia, existem diferentes posicionamentos no que concerne ao respectivo âmbito. Se alguns consideram relevantes somente vertentes de natureza político-jurídica e institucional, outros destacam a cocentralidade do reconhecimento de responsabilidades e de direitos nos planos económico-social, cultural e ambiental. Assume-se neste texto não só a leitura mais abrangente do conceito de democracia (por razões abstractas e tendo em conta a interpretação feita da evolução das sociedades humanas nos séculos XIX e XX), como também as virtualidades do “novo património cultural” e da “Nova Museologia” enquanto modalidades de configuração de tecnologias nucleares para a governação das regionalidades política e cultural, importantes em si mesmas e para a regulação das facetas económica, social e ambiental.

Voltando a simplificar uma realidade multifacetada e difusa, dir-se-ia que o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” podem intervir no sentido da promoção do desenvolvimento integrado e sustentável de modo imediato ou a médio e longo prazos (de forma directa e indirecta). Em termos imediatos, os novos monumentos — materiais e imateriais — e os novos museus podem gerar mais receitas próprias; ser vectores potenciadores de actividades económicas como o lazer e o turismo, o *marketing* e a publicidade, a animação cultural e as “indústrias criativas”, a educação e a formação, a construção civil e as obras públicas, a conservação e a reabilitação; ajudar a consolidar saberes e estratégias de intervenção como o planeamento do território e o urbanismo, a cultura organizacional e a diferenciação de localidades ou regiões.

No médio e longo prazos, os novos monumentos e os novos museus disponibilizam aos indivíduos “lugares de memória” associáveis a narrativas objectivantes, a memórias e identidades múltiplas e críticas, geradoras de

capacidade acrescida de lidar com a pluralidade e a mutabilidade, a indefinição e o risco presentes nas esferas pessoal e profissional. Asseguram, ainda, o acesso a uma base de dados de enorme dimensão — somatório de vestígios do pensamento e da actividade de sucessivas sociedades humanas —, fundamental numa educação para a criatividade e para a compreensão da diversidade. Permitem, finalmente, aceder a vestígios sobre realidades distantes (no espaço e no tempo), com o conseqüente aumento do grau de exigência, da capacidade e da vontade de concretizar inovação.

Tendo surgido no âmbito das profundas transformações ideológicas do pós-Segunda Guerra Mundial, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” mantêm, também, significativas virtualidades no que diz respeito à densificação e à elevação do nível de coerência dos actuais regimes democráticos. Mesmo partindo-se da crítica de concepções cientistas, nas quais “a filosofia, a ciência e a tecnologia” demonstrariam a verdade, a bondade e necessidade de uma determinada ideologia — comprovando, em simultâneo, a mentira, a malignidade e a inadequação de todas as outras —, reconhece-se a importância do conhecimento para sustentar a participação cívica e a escolha das políticas a adoptar. Evocam-se, assim, as potencialidades do “novo património cultural” e dos novos museus como instrumentos de divulgação científica e de cruzamento entre saberes de natureza diversa (“cultura erudita”, “culturas populares” e “cultura de massas”; ciência, tecnologia, filosofia, estética, senso comum, religião, ideologia etc.).

Porque se assumem precisamente como espaços de apresentação de vestígios e de explicitação de narrativas sobre questões como a evolução, as memórias e as identidades históricas, sobre as pretensamente naturais (e, portanto, indiscutíveis e inultrapassáveis) hierarquias entre indivíduos, grupos, povos, culturas e civilizações, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” continuam a desempenhar um papel decisivo na reprodução de mundividências e de consensos cívicos. Fazem-no, no entanto, de modo complexo, problematizante e objectivante. Contribuem, assim, para a dessacralização e para a relativização das categorias em causa, para a viabilização e a legitimação do debate e das escolhas acerca das mesmas, para o aprofundamento e a consolidação da democracia.

Quando encaram a sua própria actividade como um esforço de diálogo assimétrico e de enquadramento, de mobilização e de representação das comunidades envolventes e dos públicos — na escolha de temáticas, recursos comunicacionais e interpretações; no rastreio e na utilização de vestígios; na divulgação de iniciativas e no acompanhamento de visitantes; na generalização de experiências e de avaliações, bem como na divulgação de conhecimentos e no apoio à aquisição de competências —, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” assumem-se, também, enquanto vectores de aperfeiçoamento do relacionamento entre os poderes, outras elites socioculturais e as massas (indirectamente, das modalidades de democracia representativa, participativa e directa). Trata-se de, partindo da “cultura erudita” — complexa e fomentadora da especialização entre produtores e consumidores, entre diferentes subuniversos de si própria; tendencialmente empenhada na compreensão e na transformação ou na permanência da realidade —, enriquecer a mesma no contacto com registos diferentes; garantir o acesso à ou intensificar a fruição da “cultura erudita”; reenquadrar e requalificar as “culturas populares” e, tanto quanto possível, a “cultura de massas”.

Conclusão

Procurando sintetizar as hipóteses e propostas que se apresentaram e argumentaram no trabalho que agora termina, dir-se-ia que a centralidade do património cultural e da Museologia nas sociedades contemporâneas é verificável, até aos nossos dias, através da ausência de tais conceitos e das correspondentes práticas em épocas anteriores — sucessivamente marcadas pela impossibilidade de aceitação “do outro”, pela viabilização dos “tesouros” e pela instrumentalização dos “gabinetes de curiosidades” ou “coleções” —; da necessidade de “comprovar documentalmente” e de generalizar memórias e identidades nacionais decorrentes da historiografia e do ensino/da formação, das comemorações histórico-patrióticas e do discurso político, das narrativas da comunicação social e de outras organizações da “sociedade civil”, da toponímia e da “arte pública”, da numismática e da

filatelia etc.; do empenhamento em comprovar a legitimidade da existência de um determinado Estado-nação e, eventualmente, do seu direito a e obrigação de assumir a função de país dominante e/ou colonizador; da possibilidade de naturalizar e eternizar hierarquias sociais e diferenciações entre indivíduos.

Assumiu-se, ainda, o pressuposto de que os conceitos teóricos são essenciais quando se pretende ampliar a capacidade de análise da realidade em geral, de avaliação de projectos ou de iniciativas específicos (neste caso, no âmbito da actividade museológica). Recorreu-se, para o efeito, às categorias correlacionadas – ou correlacionáveis – de “património cultural tradicional”, “Museologia tradicional” e “paradigma moderno”; “novo património cultural”, “Nova Museologia” e “paradigma neomoderno”; “património cultural pós-moderno”, “Museologia pós-moderna” e “paradigma pós-moderno”; “ciência”, “tecnologia de base científica” e “técnicas”; “cultura erudita”, “culturas populares” e “cultura de massas”.

Depois da Segunda Guerra Mundial, quer uma alteração global dos equilíbrios de forças sociopolíticas e ideológicas nos países com regimes democráticos e demoliberais abertos, quer a constatação da eficácia dramática (genocidária) dos vectores de inculcação das concepções darwinistas sociais radicais e ultranacionalistas levou à emergência, em alguns Estados, de modalidades diferentes de encarar as Ciências Sociais e as tecnologias delas derivadas. Surgiram, assim, nomeadamente, o “novo património cultural” e a “Nova Museologia”, alternativas explícitas ao “património cultural tradicional” e à “Museologia tradicional”. Curiosamente, quando, a partir do final da década de 1960, o pós-modernismo radical vem procurar desconstruir as “certezas alienantes até então hegemónicas”, para além de contestar a legitimidade das noções de património cultural e de Museologia, criticou mais o “novo património cultural” e a “Nova Museologia” do que o “património cultural tradicional” e a “Museologia tradicional”, dos quais o “património cultural pós-moderno” e a “Museologia pós-moderna” se aproximaram em múltiplas vertentes.

Explicitou-se, pois, o balanço segundo o qual, para quem defende tecnologias ao serviço do aprofundamento do grau de democraticidade das so-

ciedades e da sustentabilidade de modelos de desenvolvimento integrado, as soluções mais operatórias decorrem da aplicação dos pressupostos deontológicos, teóricos e metodológicos do “novo património cultural” e da “Nova Museologia”. Essa avaliação de cariz científico-ideológico tem em conta tanto critérios de natureza sociocultural – relação com as tutelas e com as comunidades envolventes, temáticas presentes e ausentes, função da investigação científica, captação e acolhimento de públicos etc. – como indicadores de natureza mais técnica (exposições permanentes e/ou temporárias, discursos expositivos, valências presentes, tipologias adoptadas etc.).

Documentação e bibliografia

ALEXANDER, Edward P., *Museums in motion. An introduction to the history and functions of museums*, Nashville, American Association for State and Local History, 1993, 8ª edição.

ALFREY, Judith e PUTMAN, Tim, *The industrial heritage. Managing resources and uses*, Londres, Routledge, 1992.

ALONSO FERNANDEZ, Luis, *Museología. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Madrid Ediciones Istmo, 1995, 2ª edição.

AMARO, António Rafael, “A cultura organizacional e o(s) poder(es) da história na estruturação da identidade de empresa”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 2, 1993, p. 97-115.

ANDRIEUX, Jean-Yves, *Le patrimoine industriel*, Paris, PUF, 1992.

Arqueologia e Indústria, nº 1, Julho de 1998, p. 115-158 e nº 2/3, 1999/2000, p. 163-215 (“Museus industriais. Projectos e experiências”).

Arqueologia e museologia mineiras. Actas, Lisboa, IGM, 2000.

BELTRAN, Alain e RUFFAT, Michèle, *Culture d’entreprise et histoire*, Paris, Les Éditions d’Organisation, 1991.

BENÍTEZ de LUGO y GUILLÉN, Félix, *El patrimonio cultural español. Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales*, Granada, Editorial Comares, 1988.

BIROU, Alain, *Dicionário de ciências sociais* (trad. do francês), Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.

- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.
- BRANCO, José Maria de Freitas, “O combate da racionalidade e a emergência das novas ideologias”, *Vértice*, II Série, n° 72, Maio/Junho de 1996, p. 25-30.
- BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, FCG, 2003.
- BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie, “Cultura material” (trad. do italiano), *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, IN/CM, 1989, vol. 16, p. 11-47.
- CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- CHOAY, Françoise, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.
- CLUZEAU, Claude Origet, *Le tourisme culturel*, Paris, PUF, 1998.
- Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro. Actas*, Lisboa, IGM, 2002.
- CORDEIRO, José M. Lopes, “A arqueologia industrial. Uma vertente fundamental da arqueologia urbana”, *Bracara Augusta*, vol. XLV, 1994, p. 169-190.
- CRIMPS, Douglas, *On the museum's ruins*, Cambridge (Massachusetts), MITP, 2000, 4ª edição.
- CUSTÓDIO, Jorge e outros, *Museologia e arqueologia industrial*, Lisboa, APAI, 1991.
- CUSTÓDIO, Jorge, “As minas abandonadas do ponto de vista da arqueologia mineira e industrial”, *Boletim de Minas*, vol. 30, n° 2, 1993, p. 73-83.
- CUSTÓDIO, Jorge, “Património mineiro”, *Património. Estudos*, n° 8, 2005, p. 144-164.
- 1º Encontro Internacional sobre Património Industrial e sua Museologia. Comunicações*, Lisboa, EPAL, 2000.
- I Encontro Nacional sobre o património industrial. Actas e comunicações*, 2 volumes, Coimbra, APAI/Coimbra Editora, 1989/1990.
- FERREIRA, Jorge A.B., *Direito do património histórico-cultural. Cartas, convenções e recomendações internacionais. Actos comunitários*, Coimbra, CEFA, 1998.
- FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (org.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.

- FRIEDENSON, Patrick, “Les organisations, un nouvel objet”, *Annales. E.S.C.*, 46º Ano, nº 6, Novembro/Dezembro de 1989, p. 1461-1477.
- GARCÍA BLANCO, Ángela, *Didáctica del museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ed. de la Torre, 1988.
- GEARY, Patrick J., *O mito das Nações. A invenção do nacionalismo* (trad. do inglês), Lisboa, Gradiva, 2008.
- Geo*, Número especial 2/1998 (“Bilbao en vanguardia. El impacto Guggenheim”).
- GOB, André e DROUGUET, Noémie, *La muséologie. Histoire, développements, enjeux actuels*, Paris, Armand Colin Éditeur, 2003.
- GREFFE, Xavier, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l’offre de monuments*, Paris, Economica, 1990.
- GUILLAUME, Marc, *A política do património* (trad. do francês), Porto, Campo das Letras, 2003.
- HAMON, Maurice e TORRES, Félix (coord.), *Mémoire d’avenir. L’histoire dans l’entreprise. Actes*, Paris, Economica, 1987.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *El museo como espacio de comunicación*, Gijón, Ediciones Trea, 1998.
- Inquérito aos museus em Portugal*, Lisboa, OAC/IPM, 2000.
- JAMESON, Frederic, *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press, 1991.
- JORGE, Vitor Oliveira, *Conservar para quê?*, Porto, FLUP, 2005.
- KAVANAGH, Gaynor (ed.), *Museum languages. Objects and texts*, Leicester, LUP, 1996, 2ª edição.
- LACLOTTE, Michel, *Histoires de musées. Souvenirs d’un conservateur*, Paris, Éditions Scala, 2004.
- LARKHAM, Peter J., *Conservation and the city*, Londres, Routledge, 1996.
- LEWIS, M.J.T., “Arqueologia industrial”, CIPOLLA, Carlo M. (dir.), *Historia Económica de Europa* (trad. do inglês), Barcelona, Editorial Ariel, 1979, vol. 3 (“La Revolución industrial”), p. 583-614.
- MENDES, José M. Amado, “Cultura de empresa: uma nova dinâmica organizacional”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 1, 1992, p. 49-57.
- MENDES, José M. Amado, “Novas metodologias em história económica: a arqueologia industrial”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, 1995, p. 37-70.

- MENDES, José M. Amado, “O museu na comunidade: património, identidade e desenvolvimento”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 8, 1999, p. 217-231.
- MENDES, José M. Amado, “Museologia e identidade: que Europa através dos museus?”, *Estudos do Século XX*, nº 2, 2002, p. 197-211.
- MENDES, José Amado, *Estudos do património: museus e educação*, Coimbra, IUC, 2009.
- MERGER, Michèle e outros (coord.), *Les entreprises et leurs réseaux: hommes, capitaux, techniques et pouvoirs (XIXème-XXèm siècles)*, Paris, PUParis-Sorbonne, 1998.
- MILLER, Daniel, *Material culture and mass consumption*, Oxford, Basil Blackwell, 1987.
- MIRANDA, Jorge e outros (coord.), *Direito do património cultural*, Oeiras, INA, 1996.
- MOREIRA, Isabel M. Martins, *Museus e monumentos de Portugal (1772-1974)*, Lisboa, UA, 1989.
- NETO, Maria José Baptista, *Memória, propaganda e poder. O restauro de monumentos nacionais (1926-1960)*, Porto, FAUP Publicações, 2001.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949)”, *Vértice*, II Série, nº 56, Setembro/Outubro de 1993, p. 13-23.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Arqueologia industrial, património cultural, nova história regional e local”, *Vértice*, II Série, nº 73, Julho/Agosto de 1996, p. 103-110.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Arqueologia industrial e Museologia da mineração do volfrâmio. Uma abordagem introdutória”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 8, 1999, p. 233-256.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV, 2000, p. 305-348.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. II, 2003/2004, p. 159-176.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais”, NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra, IUC, 2013a, p. 53-79.

NUNES, João Paulo Avelãs, “A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia”, PIMENTEL, Irene Flunser e REZOLA, Maria Inácia (coord.), *Democracia, ditadura: memória e justiça política*, Lisboa, Edições tinta-da-china, 2013b, p. 363-384.

PESSOA, Fernando Santos, *Reflexões sobre ecomuseologia*, Porto, Edições Afrontamento, 2001.

PINARD, Jacques, *L'Archéologie industrielle*, Paris, PUF, 1985.

PRENTICE, Richard, *Tourism and heritage attractions*, Londres, Routledge, 1995, 3ª edição.

Preservação, conservação e valorização do património cultural em Portugal. Evolução das qualificações e diagnósticos das necessidades de formação, 2 volumes, Lisboa, IQF, 2006.

Públicos da cultura. Actas do Encontro, Lisboa, OAC, 2004.

RAPOSO, Luís, “Património cultural, poder político e aparelho de Estado”, *Vértice*, II Série, nº 64, Janeiro/Fevereiro de 1995, p. 14-18.

RAPOSO, Luís, “A política de património cultural da esquerda”, *Ideias à Esquerda*, nº 2, Outubro de 2003, p. 49-53.

Reconversão e musealização de espaços industriais. Actas, Porto, Museu da Indústria, 2003.

REGO, Arménio, “O museu como sistema aberto. Três reflexões”, *Gestão e Desenvolvimento*, nº 8, 1999, p. 205-215.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, UA, 1993.

Roteiro de museus, Lisboa, IPM, 2004.

Roteiro dos museus de Portugal, Lisboa, MEN, 1973.

SANTOS, Boaventura Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e CONDE, Idalina, “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)”, *Análise Social*, vol. XXIV, nº 101/102, 1988 (2º/3º), p. 689-702.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e CONDE, Idalina, “Mecenato cultural de empresa em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXV, nº 107, 1990 (3º), p. 375-439.

- SANTOS, Maria de Lourdes C. Lima dos e outros, *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa, OAC, 1998a.
- SANTOS, Maria de Lourdes C. Lima dos e outros, *10 anos de mecenato cultural em Portugal*, Lisboa, OAC, 1998b.
- SEN, Amartya, *Identidade e violência. A ilusão do destino* (trad. do inglês), Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007.
- STRIKE, James, *Architecture in conservation. Managing development at historic sites*, Londres, Routledge, 1994.
- TOMÉ, Miguel, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, FAUP, 2002.
- TORRES, Cláudio e SILVA, Luís Alves da, *Mértola. Vila museu*, Mértola, CAM/CMM/ADPM, 1989, 2ª edição.
- VATTIMO, Gianni, *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- VEGO, Peter (dir.), *The new museology*, Londres, Reaktion Books, 1989.
- Vértice, II Série, nº 54, Maio/Junho de 1993, p. 5-81 (“O património cultural em Portugal”).
- WALSH, Kevin, *The representation of the past. Museums and heritage in the post-modern world*, Londres, Routledge, 1992.